



H A R O L D O L O U R E N C O

PROCESSO COLETIVO SISTEMATIZADO

2021 © Editora Foco
Autor: Haroldo Lourenço
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: GRAFNORTE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

1892p Lourenço, Haroldo
Processo coletivo sistematizado / Haroldo Lourenço. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2021.
240 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-343-9
1. Direito. 2. Processo coletivo. I. Título.
2021-2576 CDD 340 CDU 37

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito 340
2. Direito 34

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (07.2021) – Data de Fechamento (07.2021)

2021

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Avenida Itororó, 348 – Sala 05 – Cidade Nova
CEP 13334-050 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	III
-------------------	-----

PARTE 1 TEORIA GERAL DA TUTELA COLETIVA

CAPÍTULO 1 – DIREITO PROCESSUAL COLETIVO.....	3
1.1 Noções gerais. Proposta da presente obra.....	3
1.2 Alguns antecedentes históricos.....	3
1.3 Codificação, recodificação, CPC/15 e a tutela coletiva.....	4
1.4 A mutação da ótica individualista para a coletiva.....	6
1.5 Ação coletiva e litisconsórcio multitudinário.....	7
1.6 As motivações e justificativas à tutela coletiva.....	8
1.7 Tutela coletiva como processo civil de interesse público.....	8
1.8 Elementos necessários para a identificação de um processo coletivo.....	9
1.9 Microssistema das causas coletivas.....	9
1.10 Ações de controle de constitucionalidade como tutela coletiva.....	13
1.11 Ações coletivas e os juizados especiais.....	13
1.12 Tutela coletiva como refém do autoritarismo legislativo.....	14
1.13 Consensualidade na tutela coletiva.....	16
1.14 Dano moral coletivo.....	17
1.15 Litígios estruturantes ou estruturais.....	18
CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL COLETIVO.....	21
2.1 Noções gerais.....	21
2.2 Indisponibilidade (mitigada) e da continuidade da ação coletiva.....	21
2.3 Interesse jurisdicional no conhecimento do mérito e da instrumentalidade das formas.....	22
2.4 Obrigatoriedade da demanda coletiva executiva.....	23
2.5 Máxima prioridade na tramitação.....	23
2.6 Máximo benefício da tutela coletiva (extensão subjetiva da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> e transporte <i>in utilibus</i>).....	23

VI PROCESSO COLETIVO SISTEMATIZADO • HAROLDO LOURENÇO

2.7	Máxima efetividade do processo coletivo ou ativismo judicial.....	23
2.8	Atipicidade do processo coletivo ou não taxatividade	25
2.9	Princípio da participação pelo processo coletivo	25
2.10	Ampla divulgação da demanda coletiva.....	26
2.11	Adequada representação ou controle judicial da representação.....	26
2.12	Princípio da competência adequada (<i>forum non conveniens e forum shopping</i>)	27
CAPÍTULO 3 – DIREITOS COLETIVOS		29
3.1	Dos direitos coletivos <i>lato sensu</i>	29
3.2	Direitos difusos	29
3.3	Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	30
3.4	Direitos individuais homogêneos.....	31
3.5	Quadro sinótico para identificação do direito coletivo.....	34
3.6	Direitos ou interesses coletivos?	34
3.7	Titularidade dos direitos coletivos	36
3.8	Crêterios para identificação do direito discutido na ação coletiva	36
3.9	Ações pseudoindividuais.....	38
3.10	Ações pseudocoletivas.....	40
CAPÍTULO 4 – PROTEÇÃO ESPECÍFICA DE ALGUNS DIREITOS COLETIVOS.....		43
4.1	Considerações iniciais.....	43
4.2	Meio ambiente.....	43
4.3	Patrimônio cultural, público e social	43
4.4	Tombamento	44
4.5	Consumidor	44
4.6	Dados pessoais – LGPD.....	44
4.7	Interesses transindividuais	46
CAPÍTULO 5 – COMPETÊNCIA		47
5.1	Considerações gerais.....	47
5.2	Competência funcional e territorial absoluta.....	47
5.3	Competência para a ação coletiva	48
5.4	Delegação de competência federal ao juízo estadual (art. 109, §§ 3º e 4º, da CF/88).....	48
5.5	Competência prevista no CDC.....	49
5.6	Dano de âmbito local	49

5.7	Dano nacional ou regional	49
5.8	restrição territorial da decisão na tutela coletiva	51
5.9	Ação de improbidade administrativa. Agentes políticos. Prerrogativa de função	52
5.10	Outras hipóteses de competência da Justiça Federal para a ação coletiva	53
CAPÍTULO 6 – RELAÇÃO ENTRE DEMANDAS		55
6.1	Noções gerais	55
6.2	Relação entre demandas coletivas e individuais.....	55
6.2.1	<i>Right to opt in. right to opt out</i>	56
6.3	Relação entre demandas coletivas	57
6.4	Relação entre demandas coletivas com o mesmo procedimento	58
6.5	Relação entre demandas coletivas com procedimentos distintos.....	59
6.6	Critério para reunião de demandas coletivas: “Juízo universal”	60
CAPÍTULO 7 – DAS PARTES		63
7.1	Noções gerais	63
7.2	Natureza jurídica da legitimação coletiva	64
7.3	Legitimação ativa.....	65
7.4	Controle judicial da legitimidade.....	66
7.4.1	Legitimidade ativa do Ministério Público.....	66
7.4.2	Legitimidade ativa da Defensoria Pública	69
7.4.3	Entes despersonalizados.....	72
7.4.4	Pessoas administrativas	73
7.4.5	Associações.....	73
7.4.6	Conselhos de classe e a OAB	74
7.4.7	Litisconsórcio ativo	75
7.8	Consequência da falta de legitimidade.....	76
7.9	Legitimidade passiva	76
7.10	Legitimação coletiva passiva. Ações coletivas passivas	77
7.11	Intervenção de terceiros	79
7.11.1	Polo ativo.....	79
7.11.2	Causas que versem sobre direitos individuais homogêneos.....	79
7.11.3	Ingresso do MP como assistente na ação popular	80
7.11.4	Polo passivo.....	80
7.11.5	<i>Amicus curiae</i>	80

VIII PROCESSO COLETIVO SISTEMATIZADO • HAROLDO LOURENÇO

7.12	Defensoria pública como <i>custos vulnerabilis</i>	81
7.13	Intervenção móvel.....	81
CAPÍTULO 8 – COISA JULGADA		83
8.1	Noções gerais	83
8.2	Premissas Necessárias para compreensão da coisa julgada na tutela coletiva..	83
8.3	Coisa julgada <i>secundum eventus probationis</i>	85
8.4	Coisa julgada <i>secundum eventus litis</i>	86
8.5	Constitucionalidade de tais técnicas de produção da coisa julgada.....	87
8.6	Análise do CDC como regra geral para a tutela coletiva	87
8.7	Transporte <i>in utilibus</i> . <i>Right opt in e out</i>	89
8.8	Quadro sinótico.....	90
CAPÍTULO 9 – LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA		93
9.1	Noções gerais	93
9.2	Legitimidade.....	94
9.3	Competência	94
9.4	Interesses individuais homogêneos.....	95
9.4.1	Execução individual da pretensão individual.....	95
9.4.2	Execução coletiva da pretensão individual.....	96
9.4.3	Execução coletiva subsidiária ou residual. <i>Fluid recovery</i>	97
9.5	Concurso de créditos (preferências)	98
9.6	Honorários advocatícios na liquidação e execução das pretensões individuais	98

PARTE 2**AÇÕES COLETIVAS EM ESPÉCIE**

CAPÍTULO 1 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA		103
1.1	Introdução e nomenclatura.....	103
1.2	Histórico.....	104
1.3	Intervenção do Ministério Público	104
1.4	Inquérito civil.....	105
1.4.1	Noções gerais.....	105
1.4.2	Características	105
1.4.3	Espécies.....	106
1.4.4	Instauração e seus efeitos	106

1.4.5	Poderes instrutórios do MP.....	106
1.4.6	Conclusão do IC.....	107
1.4.7	Defesas possíveis.....	108
1.5	Termo de ajustamento de conduta.....	109
1.6	Aspectos procedimentais.....	113
1.6.1	Rito.....	113
1.6.2	Petição inicial.....	113
1.6.3	Liminar e mecanismos de impugnação.....	113
1.6.4	Sentença.....	115
1.6.5	Reexame necessário.....	115
1.6.6	Das custas. Honorários advocatícios. Despesas processuais.....	116
1.6.7	Despesas da perícia.....	117
1.7	Prescrição.....	118
1.8	Sistematização gráfica do procedimento.....	118
CAPÍTULO 2 – AÇÃO POPULAR.....		119
2.1	Natureza jurídica.....	119
2.2	Relação com o mandado de segurança.....	119
2.3	Legitimidade ativa e passiva.....	122
2.4	Intervenção móvel.....	124
2.5	Intervenção de terceiros.....	124
2.6	Ministério Público.....	124
2.7	Competência. “Juízo universal”.....	125
2.8	Aspectos processuais.....	126
2.8.1	Petição inicial.....	126
2.8.2	Posturas do magistrado. Tutelas provisórias.....	127
2.8.3	Respostas. Prazo.....	127
2.8.4	Instrução processual.....	128
2.8.5	Sentença.....	128
2.8.6	Reexame necessário.....	129
2.8.7	Meios de impugnação das decisões.....	129
2.8.8	Execução.....	129
2.9	Prescrição.....	130
2.10	Despesas processuais.....	130
2.11	Sistematização gráfica do procedimento.....	130

CAPÍTULO 3 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	131
3.1 Noções gerais. Relação com a ação civil pública e ação popular	131
3.2 Tipologia dos atos de improbidade	133
3.2.1 Noções gerais.....	133
3.2.2 Atos que importam enriquecimento ilícito (art. 9º).....	135
3.2.3 Atos que causam lesão ao erário (art. 10)	137
3.2.4 Atos que violam os princípios regentes da Administração Pública (art. 11)	138
3.2.5 Improbidade formal e improbidade material.....	139
3.3 Legitimidade.....	140
3.3.1 Ativa	140
3.3.2 Passiva. Agentes políticos.....	140
3.4 Competência. Agentes políticos.....	142
3.5 Aspectos processuais.....	142
3.5.1 Rito. Petição inicial. Pedido. Custas.....	142
3.5.2 Notificação do demandado.....	143
3.5.3 Posturas do juiz após a notificação	144
3.5.4 Das decisões interlocutórias em geral	144
3.5.5 Reexame necessário	145
3.5.6 Atipicidade das medidas executivas	145
3.6 Tutelas cautelares típicas e atípicas	146
3.6.1 Noções gerais.....	146
3.6.2 Cautelares típicas: afastamento do cargo (art. 20, parágrafo único) ...	147
3.6.3 Cautelares típicas: indisponibilidade (art. 7º).....	150
3.6.4 Cautelares típicas: sequestro (art. 16) e bloqueio (art. 16, § 2º).....	151
3.6.5 Impenhorabilidades.....	151
3.6.6 Cautelares atípicas.....	153
3.6.7 Suspensão da liminar ou agravo de instrumento?.....	153
3.7 Termo de ajustamento de conduta.....	153
3.8 Acordo de não persecução cível.....	155
3.9 Prescrição	156
3.10 Sistematização gráfica do procedimento	157
CAPÍTULO 4 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	159
4.1 Introdução.....	159
4.2 Origem histórica.....	159

4.3	Conceito.....	162
4.4	Natureza processual, rito e prioridade.....	162
4.5	“Direito” líquido e certo.....	163
4.5.1	Uma primeira exceção à comprovação de plano.....	165
4.5.2	Uma segunda exceção à comprovação de plano.....	167
4.5.3	Exibição de documentos no mandado de segurança e no CPC.....	168
4.6	Das custas.....	169
4.7	Valor da causa.....	170
4.8	Ministério Público.....	170
4.9	Reexame necessário.....	172
4.10	Legitimidade ativa.....	172
4.10.1	Ministério Público e Defensoria Pública.....	172
4.10.2	Partidos políticos.....	172
4.10.3	Organizações sindicais, entidades de classe e associações.....	173
4.11	Legitimidade passiva.....	174
4.12	Autoridade coatora.....	176
4.12.1	Indicação errônea da autoridade coatora. Posições do STJ.....	177
4.12.2	Teoria da encampação.....	177
4.12.3	“Emenda” à autoridade coatora.....	178
4.12.4	Informações e defesa técnica.....	178
4.12.5	Legitimidade recursal.....	180
4.12.6	Da competência.....	181
4.13	Do prazo.....	185
4.14	Atos passíveis de mandado de segurança.....	187
4.14.1	Ato ilegal ou com abuso de poder, não amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i>	187
4.14.2	Mandado de segurança preventivo.....	188
4.14.3	Atos de gestão comercial.....	188
4.14.4	Ato passível de recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.....	190
4.14.5	Decisão judicial sujeita a recurso sem efeito suspensivo.....	191
4.14.6	Decisão judicial transitada em julgado.....	192
4.14.7	Atos normativos abstratos e concretos. Enunciado 266 do STF.....	192
4.15	Objeto do mandado de segurança coletivo.....	193
4.16	Da liminar.....	194
4.16.1	Da preempção ou caducidade da medida liminar.....	197

XII PROCESSO COLETIVO SISTEMATIZADO • HAROLDO LOURENÇO

4.17	Dos recursos	198
4.18	Da suspensão de segurança	199
4.19	Relação entre MS individual e coletivo. Coisa julgada. <i>Right to opt in e out</i>	201
4.20	Liminar em mandado de segurança coletivo.....	202
4.21	Enunciados por assunto sobre mandado de segurança.....	203
4.22	Sistematização gráfica do procedimento	208
CAPÍTULO 5 – MANDADO DE INJUNÇÃO.....		209
5.1	Introdução.....	209
5.2	Competência	211
5.3	Legitimidade ativa e passiva	211
5.4	Procedimento	213
5.5	Das teorias existentes sobre a decisão.....	214
5.6	Da coisa julgada e da ação de revisão.....	216
5.7	Objeto do mi e relação com mi individual.....	217
5.8	Sistematização gráfica do procedimento.....	217
REFERÊNCIAS.....		219